

“Um dia levo-te a andar de balão...” (...) Foi ela que me levou e não foram precisas promessas. Num doce passeio pelo céu alentejano descobri que nunca é tarde para experimentar o que quer que seja nesta vida, basta acreditar... Foi no XI Festival Internacional de Balões de Ar Quente do Norte Alentejano (...) que me imaginei a fazer a célebre ‘Volta ao Mundo em 80 dias’, escrita por Júlio Verne. Mas o voo livre demorou apenas 60 minutos, que para mim foram sentidos ao milésimo de segundo, e sobrevoou Alter do Chão, Crato, Fronteira e Sousel. Num voo de balão de ar quente as emoções são alimentadas pelo encanto de se voar dentro do vento e em completa harmonia com a natureza. (...)

Antes de partirmos, a Fernanda telefonou (...) para saber o ponto de encontro, pois vamos chegar durante a tarde e talvez desse tempo para assistir ao ritual da insuflação e do levantar dos balões. Só por esse espectáculo já valia a pena chegar antes do jantar. Como iam sozinhas e habituadas à falta de acessos que Portugal tanta vezes se nos depara, a minha amiga explicou que levava com ela alguém numa cadeira de rodas. Em tom de aviso! Ambas a pensar nos espaços físicos e terrenos, em solo firme, que iam ser de ‘pisar’, ela com os pés e eu com as rodas. Do outro lado da linha, ouvimos a surpresa das surpresas: ‘Se chegarem às 15h em ponto ainda podem voar também, pois existe um balão preparado para pessoas com dificuldades motoras e que pode levar a cadeira. (...)’

Portugal é o único país, pelo menos da Europa, e talvez no mundo, a possuir uma cesta de balão de ar quente, especialmente concebida para receber deficientes motores em cadeiras de rodas. O Balão da BP é o único balão forma que existe em Portugal (com o formato de uma garrafa de gás) e foi inaugurado em 2003, com a sua cesta especial, no Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, aquando da VII edição da Travessia de Portugal em Balão. A sua principal diferença em relação à cesta vulgar reside no seu tamanho – maior – e numa ‘porta’ e pequenas ‘janelinhas’ que possibilitam ao deficiente apreciar o que se passa lá em baixo, para além de, no seu interior, ter um sistema de acoplagem de uma cadeira de rodas. O cesto tem 2,20 metros de largura e 1,40 metros de altura, com uma secção destinada ao piloto e garrafas de gás e uma pessoa unicamente para passageiros. Tem uma capacidade de transporte de uma pessoa em cadeira de rodas e uma pessoa em pé.

Neste caso, resta-me registar aplausos ao país onde, apesar de tudo, me orgulho de viver, e às empresas que contra ventos e marés ainda são capazes de aliar a qualidade à responsabilidade social de uma forma exemplar”.

Mafalda Ribeiro (2008: 77-79) Mafaldisses. Crónicas sobre rodas



EDITORIAL

Num tempo de forte estímulo à produção académica, a edição deste número da Revista Turismo e Desenvolvimento (RT&D), com fixação temática nas questões do **turismo acessível para todos**, assume particular sentido quando analisado sob a perspectiva da função de uma revista científica numa área do conhecimento que se quer social e crítica.

Na sua qualidade de revista científica e, portanto, como um dos principais veículos formais de comunicação em ciência (Bourdieu, 1983) – porquanto não existe ciência sem estratégias de divulgação dos seus resultados, ou seja, de conhecimento e reconhecimento entre pares – as responsabilidades da RT&D passam pela sua capacidade de influenciar a construção e reconstrução de uma área de conhecimento – o campo dos estudos turísticos – e o modo de ver e entender o mundo, o mundo do turismo. Passam, também, e sobremaneira, como nos dá bem conta a presente escolha editorial da RT&D, pela sua responsabilidade e imanência ética e social em não perder nunca de vista **outros mundos, mundos diferentes** do mundo do turismo.

E, é nesta visão das coisas que vale a pena principiar a escrita deste Editorial com o excerto de uma crónica de Mafalda Ribeiro, cujas palavras, corajosas e de incontrolável inquietude, dão o mote e são assaz eloquentes na força que imprimem à necessidade de trazer ao debate as dimensões associadas à noção de **turismo acessível para todos**, num manifesto e inteligível sinalizar da urgência do seu acolhimento e **legitimação nas agendas sociais, políticas e da investigação em turismo**.

Diferença, direitos básicos de cidadania, realização de igualdade de oportunidades, acessibilidade, não discriminação, participação plena e efectiva, sociedade inclusiva... , o mesmo é dizer, **construção social da diferença em turismo** são questões que, não sendo novas, comportam uma crescente visibilização e exigem a configuração de novas agendas sociais, políticas e da investigação académica em que ganham legitimidade e terreno de centralidade. Esta é, em suma, a agenda que move a publicação deste número temático da RT&D: a pressuposição de uma posição de fundo no que toca à compreensão e desocultação de algumas dimensões recobertas pelo conceito de **turismo acessível para todos**.

A primeira ideia que se inscreve é a da crescente **visibilidade social e política** conferida às questões do turismo acessível. Talvez se possa dizer que nos encontramos num tempo em que, em resultado das condições aportadas pela modernidade tardia, entre as quais as da expansão dos direitos de cidadania – veja-se o caso da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – se torna pública uma nova geração de questões sociais que interpelam todas as dimensões da vida social e, como tal, o turismo.

Nesta exacta medida, cabe deixar muito claro que o argumento central que percorre esta edição é o da **inclusão do outro como alteridade**. Desta razão procede o entendimento de que a realização do princípio da igualdade de oportunidades depende da sua extensão no sentido do abandono de uma preocupação com a desigualdade para uma preocupação com a inclusão, leitura que dá corpo à perspectiva que considera o turismo acessível não uma prática dos outros mas de todos, sendo esta progressiva consciencialização particularmente decisiva.

Neste alinhamento, é crucial registar a importância de trazer alguma luz a estas questões, até porque um dos seus maiores obstáculos reside, de modo muito preciso, na sua falta de conhecimento e reconhecimento. E, a este propósito, anote-se a publicação deste número da RT&D sob o Alto Patrocínio da Presidência da República.

Tendo presente que a visibilidade jamais é um **dado** mas uma **construção** e que a própria intensificação da visibilidade social e política concita a atenção das agendas académicas, assinala-se, a este propósito, o exemplo que revolve em torno dos esforços que vêm sendo desenvolvidos, sob a liderança da Câmara Municipal da Lousã e da Estrutura de Missão **Lousã Acessível**, com forte mobilização dos actores locais da fileira do turismo e de outras áreas sociais, no sentido de transformar este território concelhio no primeiro destino de turismo acessível em Portugal. Na caminhada deste projecto, e porque raramente se tem a possibilidade de confrontar pontos de vista, de reflectir em conjunto, de ver o nosso trabalho através das janelas dos quadros de referência dos outros, impôs-se a necessidade de promover um momento de reflexão polarizado pelo tema do turismo acessível. Esta reflexão foi entendida como um processo em que convergiram, por um lado, condições de natureza social, por outro lado, condições de natureza teórico-conceptual e, por outro lado ainda, condições de natureza eminentemente técnica, profissional e prática, que não fosse apenas substantivo mas um verdadeiro momento de divulgação de ideias, de avaliação e questionamento de práticas, de partilha de experiências concretas, numa tentativa de formular novas interrogações, ensaiar novos olhares, encontrar soluções criativas para novos desafios...

Sob o impulso destes esforços e na convicção de que da reflexão pudesse resultar, quem sabe, a capacidade de influenciar processos de tomada de decisão e práticas em que as dimensões do turismo acessível fossem investidas, realizou-se na Lousã, em Abril de 2007, o I Congresso Nacional de Turismo Acessível, ao

qual a RT&D se associou desde o primeiro momento e procurou dar continuidade alargada, justificando o lugar científico e técnico que ocupa enquanto projecto editorial: ter em conta, em cada número, uma pluralidade de leituras analíticas – umas no âmbito da reflexão teórica e linhas gerais de actuação, outras enquanto relatos de experiências e projectos inovadores – que permitam, através da sua aproximação e conhecimento mútuos, compreender e desocultar questões que, em cada momento, se colocam ao mundo do turismo, designadamente e no vertente caso, a urgência da fileira do turismo adoptar o princípio da acessibilidade universal e o potencial de mudança que esta adopção pode arrastar no redesenho das fronteiras do mercado e na abertura de novos horizontes de sociabilidade.

Porque a prática de construção do conhecimento exige pensar sobre si próprio, o I Congresso Nacional de Turismo Acessível originou um percurso reflexivo que se foi enriquecendo e densificando, pelo que o número da RT&D que sai agora à estampa, ao ampliar e actualizar os termos do debate, não corresponde propriamente à compilação dos textos revistos pelos oradores no referido congresso, de modo a adaptar as suas comunicações a uma publicação escrita; incluem-se textos inéditos resultantes do alargamento da discussão a outros autores e do desdobramento do campo de observação, pela introdução de novos elementos comparativos, em particular na sua referência europeia.

Mas, se talvez se possa dizer que nos encontramos num tempo em que há uma progressiva tomada de consciência do relevo das dimensões associadas ao turismo acessível para todos, acontece que a percepção consciente deste facto social não tem tido eco ou, no mínimo, tem sido muito débil e incipiente a sua tradução no plano discursivo: há alguns sinais mas genericamente teima em ser deixado às portas do edifício académico, não conseguindo dar conta e acompanhar o movimento de intensificação do interesse registado pelo **outro**, pela **diferença**, noutros campos do saber e, portanto, promovendo o *status quo* que ignora e omite os diferentes constrangimentos e oportunidades que se colocam em matéria de experiências turísticas. Ora, esta consciencialização vem, precisamente, sinalizar a necessidade da sua **legitimação e construção nas agendas investigativas em turismo**, quer através da conformação de um corpo teórico consistente quer do ponto de vista metodológico.

São várias as interpelações que a este propósito se enunciam e dão a pensar.

Uma coloca-nos de imediato em guarda em relação ao facto de este acolhimento tardio poder conduzir a uma certa *guetização*, à semelhança da organização patente nas prateleiras das livrarias: guias turísticos, leia-se conhecimento, sobre e para deficientes, mulheres, idosos, turistas com crianças, homossexuais, outros grupos minoritários e outros *outros*.

Outra reenvia para a clarificação das terminologias, porquanto as palavras, os conceitos utilizados, constroem a realidade e, nesta medida, os aspectos de terminologia jamais são neutros e/ou desinteressados, uma vez que associam cargas valorativas: **turismo para pessoas com necessidades especiais, turismo acessível, turismo para todos, turismo livre de barreiras, turismo acessível**

para todos... Esta avalanche de ambiguidade em termos terminológicos ocorre porque complexo e compósito é o *corpus* deste conceito e porque os critérios que se convocam são irreduzíveis a uma única leitura. Mas, seja-nos permitido, aqui, tomar partido e seguir de perto aqueles que preconizam a extensão conceptual e o uso lato da designação **turismo acessível para todos** que não toma como quadro de referência especificidades vinculadas a esta ou àquela diferença mas a todos nós, turistas, com as nossas diferenças e incapacidades permanentes e/ou temporárias. A esta argumentação está acomunada a ideia de que a diferença – à semelhança do género e da geração – é relacional e estrutural e não individual, é ela própria um sistema socialmente construído. E destas coordenadas revela-se, com inusitada clareza, que o turismo acessível não consubstancia um nicho de mercado: não se trata de atender em separado às necessidades específicas de pessoas com incapacidades permanentes em termos de mobilidade, sensoriais e da compreensão ou que sofrem de doenças crónicas mas, também, de outros grupos de turistas que manifestam incapacidades temporárias, idosos, grávidas, crianças, famílias acompanhadas com crianças em carrinhos de bebé, turistas com bagagem pesada, etc. Dito isto, retenha-se a definição adoptada pela Organização Mundial de Turismo (2005), na qual se consideram todas as pessoas que, face ao contexto onde se encontram inseridas, sofrem uma limitação ao nível da sua capacidade relacional e apresentam necessidades especiais durante a viagem, no alojamento, e ao nível de outros serviços turísticos. Ora, o que está em causa é, justamente, a negação de lógicas de segmentação do mercado para firmar a inclusão social como princípio-chave, ao que acresce o facto de as dimensões associadas à acessibilidade serem entendidas como uma componente do conceito de turismo sustentável.

Revisitando, de novo, o texto de Mafalda Ribeiro, o excerto da crónica que se transcreve dá, ainda, o tom para um elogio: o **elogio da perplexidade – positiva!** – com o que nós por cá, em Portugal, vamos fazendo em matéria de acessibilidade em turismo e a importância da sua divulgação. É o caso do balão de ar quente com a sua cesta especial para cadeiras de rodas; é o Projecto *Lousã, destino de turismo acessível*; é, também, o Prémio 2008 Turismo de Portugal atribuído à agência de viagens e turismo *Accessible Portugal*, em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na área do turismo acessível; é, ainda, uma mão cheia de outros exemplos de boas práticas, alguns dos quais recenseados nesta edição.

Ao percorrer com o olhar aquilo que vem sendo feito e aqueles que fazem as coisas acontecer, resulta muito claro que estes conformam uma janela particularmente favorável e sensível de análise da realidade social. E, se se concede particular atenção aos contributos para um conhecimento crítico da realidade portuguesa, não esquece a importância da abertura de horizontes e de olhar mais longe para quem, noutros países, já encetou percursos similares. Dar voz aos actores – de carácter privado, associativo, público ou sob a égide de parcerias – da fileira do turismo e áreas conexas, para apresentarem e darem à partilha as

iniciativas e acções que vêm protagonizando nas suas diferentes escalas espaciais de intervenção, consubstancia uma âncora estruturante desta escolha editorial. Não obstante as muitas dificuldades encontradas na tentativa de transformar actores em autores, a RT&D não renuncia a este esforço, porquanto os exemplos de boas práticas, na sua função pedagógica e na dimensão comparativa, permitem rever e atribuir significado aos diferentes percursos/projectos, bem como sinalizar outras (novas) estratégias de intervenção que sustentem um número crescente de experiências turísticas acessíveis.

Uma nota muito curta para assinalar que a falta de atenção do mercado para esta dimensão das práticas turísticas e a relutância em integrar os conceitos do desenho universal pode encontrar justificação num imenso desconhecimento do seu potencial económico – quer no que diz respeito à dimensão do próprio mercado, quer face às tendências demográficas de envelhecimento, quer ainda pelo efeito de captação de outros mercados decorrente do facto do turista com incapacidade viajar acompanhado –, o qual vem sendo demonstrado em vários estudos. Nesta medida, as questões da acessibilidade em turismo consubstanciam uma oportunidade vinculada aos aspectos da qualidade, da sustentabilidade e da competitividade, conformadores do acréscimo do capital simbólico dos destinos acessíveis.

Como fecho, eis pois o tempo e o lugar de voltar a chamar à cena as palavras de Mafalda Ribeiro para acompanhar a última voz que completa este número da RT&D, porquanto se tudo o resto é obviamente importante, terá todavia que ceder o passo às pessoas. Nestes testemunhos está ínsita a ideia de **dar voz àqueles sobre quem se fala – cujas vozes têm pouco eco ou são mesmo silenciadas – sobre as suas experiências turísticas**, de torná-los sujeitos do discurso, de serem envolvidos na produção de ideias sobre si próprios, de saber o modo como se interpretam no mundo do turismo... Em suma, fazer falar turistas com corpo, tendo em conta que as diferenças de corpo marcam as experiências turísticas, por forma a entender o seu significado simbólico, instituindo novas formas de ver a realidade turística.

Muito mais caberia neste número. Não sendo possível fazê-lo, vale a pena insistir que na assunção das suas responsabilidades na proposição de um futuro, a RT&D não pode deixar de se sentir questionada por estes desafios, pelo que acalenta a esperança de que os contributos alinhados – numa mesma indagação sobre o lugar e o caminho a percorrer em matéria de **turismo acessível para todos** – catapultem a visão generosa de tornar o mundo do turismo um lugar para o gozo da vida e não um *locus* de exclusão.

PAULA ALEXANDRA MALTA

Editora da Revista Turismo & Desenvolvimento [pmalta@ua.pt]

FILIPE CARVALHO

Coordenador do Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível” [filipe.carvalho@cm-lousa.pt]